SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/3/2015 - Correio do Brasil

Para quem o Brasil piorou?

O Brasil virou um lugar pior para se morar? Para quem? Quem é que tem sofrido hoje no Brasil o que jamais experimentou em seus anos de vida? A inflação hoje é mais alta e dilacerante do seu poder de compra do que no governo militar? Sarney? Collor? Fernando Henrique Cardoso? Lula?

As questões que levantamos têm um objetivo: o que há de real e manipulador no atual quadro de "indignação popular" crescente no país? Será que os que bradam por uma mudança no comando do país, por vias nada democráticas, de fato pensam no brasileiro que deixou o desemprego, a fome, um país sem médicos, Educação restrita à classe média – especialmente nas universidades?

A cara da oposição neste momento é o PSDB. Os tucanos, que disputaram com Dilma as últimas eleições, estiveram no poder por oito anos ininterruptos. FHC, eleito como um dos criadores do Plano Real, se beneficiou do programa que baixou a inflação. Mas é fato que ele foi o criador do modelo que regulou a inflação? Não. É mentira.

FHC era ministro da Fazenda quando Itamar Franco (PMDB) instituiu o Plano Real. Um mês após o novo plano econômico, Fernando Henrique se desincompatibilizaria do cargo para disputar a Presidência Da República alguns meses depois. Isso é fato. Quem assumiu o plano, portanto, e o conduziu foi Rubens Ricupero. Que sairia do governo por causa de imagens captadas pela TV onde fazia críticas ao governo que representava: " O que é bom a gente fatura. O que é ruim, esconde".

A reeleição de FHC, em 1998, foi possível a partir da compra de parlamentares. Receberam propina para votar a favor da emenda que garantiria a recondução do tucano ao Palácio. Isso foi investigado? Não. Mesmo com a confissão de um dos beneficiários da propina, o caso não foi levado ao Judiciário. E um detalhe. O jornalista que levantou a trama disse recentemente: "Não recolhi indícios da compra de votos, mas provas".

Durante o governo FHC o funcionalismo federal não teve aumento de salários. A inflação foi maior do que em todo o ciclo do PT no poder. E, mais do que isso, 1/4 dos postos de trabalho do funcionalismo foi fechado. Veja os números da inflação:

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique, eleito a bordo da nova moeda, o Real, o IPCA foi de 22,4 em 1995, 9,5 em 1996, 5,22 em 1997 e 1,6 em 1998. Média anual: 9,3%.

No segundo mandato, a inflação subiu 8,9 em 1999, 5,9 em 2000, 7,6 em 2001 e 12,5 em 2002. Média anual: 8,6%.

No primeiro mandato do governo Lula, as altas foram de 9,3 em 2003, 7,6 em 2004, 5,6 em 2005 e 3,1 em 2006. Média anual: 6.4%

No segundo mandato do governo Lula, as altas foram de 4,4, 5,9, 4,3 e 5,9. Média anual: 5,1%

No governo Dilma, as altas foram de 6,5 em 2011, 5,8 em 2012, 5,9 em 2013. O último ano do primeiro mandato terminou abaixo do teto da meta: fechou em 6,41%, contra o teto estabelecido pelo governo, de 6,5%. Média do quadriênio: 6,1.

Portanto, em números objetivos, a inflação nos três governos do PT alcançou uma média de 5,8% contra 8,95% no governo FHC. Fato.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Fome

O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). O órgão internacional considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013 (governos Lula e Dilma), caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7% (Collor, Itamar, FHC, Lula e Dilma).

O relatório mostra que o Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida empregada pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, atingiu no Brasil nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome. Avançamos, portanto. A vergonha da fome deixou o Brasil e queremos crer que em definitivo. E isso é fato.

Na Saúde e na Educação, a partir de modelos como o Mais Médicos e Cotas Raciais, instituídos nos governos do PT, o Brasil melhorou. São 50 milhões de brasileiros com acesso a médicos, a maioria estrangeiros, e dos 2% de negros e pardos nas universidades brasileiras entre 1997 e 2003, saltamos para quase 45% da população estudantil. Um avanço extraordinário, conforme avaliam analistas.

O que permanece ruim

Os juros altos, que favorecem bancos, Imposto de Renda elevado, que pune a classe média e os assalariados, e a timidez na reforma agrária são, com certeza, os lances do jogo que depõem contra o PT e estão intrinsecamente ligados à história do país que resiste em abandonar a vocação para ser cruel com os mais pobres.

Outro campo fundamental que continua inalterado diz respeito à mídia. Não há em curso nenhum processo institucional que garanta a distribuição ampla e segura de informações confiáveis quanto esta que você lê aqui em Conexão – baseada em estudos oficiais e pesquisas.

Mas, vendo por aí, dá para entender que há muito mais choramingões nas ruas e varandas do que inspira a realidade nacional. E a arte que postamos na reportagem, lá no alto, em tom de piada, é uma dura realidade que nada tem a ver com o reflexo da nossa sociedade. O Brasil melhorou, é fato. Quem perdeu foram os ladrões. Inclusive políticos.

12/03/2015 - Telesíntese

Telefônica tem que publicar fato relevante renunciando aos poderes na Telecom Italia

Anatel reformula um pouco a decisão sobre a cisão da Telco (controladora da Telecom Italia), mas mantém obrigação da Telefónica abdicar de todos os seus direitos de voto e veto na operadora italiana, até vender completamente sua participação.

A Anatel decidiu hoje, 12, modificar um pouco a decisão tomada no início do ano, referente à cisão da Telco (controladora da Telecom Italia). O conselheiro Rodrigo Zerbone admitiu recurso da Telefônica, que alegou não ter poder de modificar o regimento interno da Telecom Italia. Mas manteve a determinação de a operadora espanhola se afastar completamente de todas as decisões da operadora italiana, devido a propriedade cruzada entre a TIM e a Vivo, e vender seus ativos no prazo de 18 meses.

Assim, a Anatel mandou a Telefônica publicar, até o dia 6 de abril, fato relevante comunicando ao mercado que a empresa abre mão completamente de todos os seus direitos políticos na holding italiana (poder de voto e de veto) e em suas controladas. Determinou ainda que a espanhola peça à Telecom Itália realizar assembleia geral para mudar seus estutdo social, de maneira e tirar o poder da Telefónica.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/03/2015 - Telesíntese

Anatel aprova a venda das torres da Oi

Depois de quase dois anos, foi publicado hoje, no Diário Oficial da União a autorização da Anatel para a cessão de direito das torres da Oi para as empresas Br Towers e SBA Brasil Ltda.

A primeira venda pelo direito de uso ocorreu em abril de 2013, quando foram vendidas perto de quatro mil torres de telefonia fixa, conforme informava o então diretor financeiro da operadora, Alex Zornig.

Em dezembro do ano passado, a Oi comunicava ao mercado a 1,64 mil torres à SBA Torres Brasil. A Anatel autorizou hoje, conforme publicação no Diário Oficial da União a transferência do direito de uso. É necessária esta autorização porque a Oi é concessionária de telecomunicações e os seus bens são reversíveis à União, após o fim do contrato de concessão, cujo prazo de encerra em 2025.

Em novembro do ano passado, a BR Towers foi integralmente adquirida pela American Towers.

12/03/2015 - Telesíntese

Anatel autoriza ingresso da Vivendi na Telecom Italia e na Vivo, com restrições

A Anatel concedeu hoje a anuência prévia para o ingresso da francesa Vivendi no capital da Telefonica/Vivo no Brasil e na Telecom Italia, como o segundo passo da permuta de ações para a compra da GVT. Mas impôs restrições de voto, veto da francesa na operação da Vivo.

O conselho diretor da Anatel aprovou hoje, 12, o ingresso da Vivendi no capital da Telefônica/Vivo brasileira e no capital da Telecom Italia, como segundo passo da compra da GVT pela operadora espanhola.

A Vivendi vai possuir 11,3% das ações preferenciais da Telefonica Brasil, sem direito a voto e sem qualquer forma de controle, e 8,3% das ações com direito a voto no capital votante da Telecom Italia, que controla a TIM Brasil. A Telefonica, que participava do controle da Telecom Italia, vai reduzir sua participação na operadora italiana e ficar com 6,47% dos votos.

Por causa da propriedade cruzada entre a Vivo e a TIM, que permanece com o ingresso da Vivendi no controle da Vivo, a Anatel mandou a operadora francesa não exercer qualquer poder de voto ou veto na Vivo, mas não se manifestou sobre a TIM Brasil, porque aguarda o acordo que será firmado pelo Cade – Conselho Adminisrativo de Defesa Econômica – com as empresas. O mais provável é que sejam estabelecidos prazos para a Vivendi vender sua participação na Telefônica Vivo, ficando apenas com o controle indireto da TIM eliminando,de vez, as preocupações dos reguladores.

Venda da GVT

A telefônica comprou a GVT por 7,2 bilhões de euros, ou R$ 22 bilhões, incluindo ações e dinheiro Vivo. O processo foi aprovado pela Anatel em dezembro do ano passado e a decisão publicada em janeiro deste ano. O Cade ainda analisa o processo, cuja decisão poderá ser tomada na próxima pelo plenário do Cade.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/03/2015 - Rede Brasil Atual

Governo planeja assentar 120 mil famílias em quatro anos

'Vamos levantar as terras públicas disponíveis, mas também vamos trabalhar com as terras privadas que possam ser, nos termos da lei, desapropriadas ou compradas', disse ministro Patrus Ananias

cO governo federal planeja assentar cerca de 120 mil famílias nos próximos quatro anos, disse hoje (12) o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. "Não podemos aceitar que as pessoas fiquem morando debaixo de lona. A nossa prioridade é assentar as famílias acampadas. Já temos o levantamento de 60 mil famílias que foram cadastradas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e vamos agora cadastrar aproximadamente outras 60 mil famílias", disse o ministro, na primeira reunião do ano do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Segundo o ministro, a meta é assentar as famílias nos próximos quatro anos. "Vamos levantar as terras públicas disponíveis, mas também vamos trabalhar com as terras privadas que possam ser, nos termos da lei, desapropriadas ou compradas", acrescentou. Ontem, diversos movimentos sociais do campo participaram de audiência com o ministro. Uma das principais pautas de reivindicação foi a construção de um plano de metas da reforma agrária, bem como a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Reforma Agrária para avançar a pauta no país.

De acordo com o ministério, no ano passado, 22,3 mil famílias foram beneficiadas com a reforma agrária, e, desde 2011, foram assentadas aproximadamente 101 mil famílias.

O ministro informou que outro desafio do ministério é melhorar a infraestrutura dos assentamentos, dotando-os de condições para a melhoria de vida dos assentados. "A prioridade também é transformar os assentamentos em espaços autossuficientes, com efetiva produção agrícola, e com acesso à educação, cultura, inclusão digital, atividades esportivas, água, saneamento e estradas."

Representantes do governo e de entidades ligadas à agricultura debatem hoje e amanhã (13) a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, voltado para a agricultura familiar e a agroecologia. O público-alvo do plano são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, povos indígenas e quilombolas, mulheres e jovens do campo.

Protesto na Paulista

Movimentos de trabalhadores rurais protestaram hoje em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo, na Avenida Paulista. A manifestação foi organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Eles saíram em caminhada do vão-livre do Museu de Arte de São Paulo, por volta das 14h30, e uma comissão foi recebida por representantes do governo federal. Uma faixa da Avenida Paulista, no sentido Paraíso, foi interditada.

"Precisamos de políticas estatais que apoiem o trabalhador rural, desde melhor assistência técnica, condições de crédito, além de regularização e distribuição de terras, ou seja, reforma agrária", destacou Ubiratã Dias, da direção estadual do MAB.

Antes de serem recebidos, os movimentos tiveram que negociar a entrada no prédio. "Tínhamos uma agenda aqui na Presidência, mas pedimos que fossem recebidos representantes de todos os movimentos que estão aqui e de todas as regiões", explicou Dias. A assessoria de imprensa do governo não informou quem se reuniu com os manifestantes.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

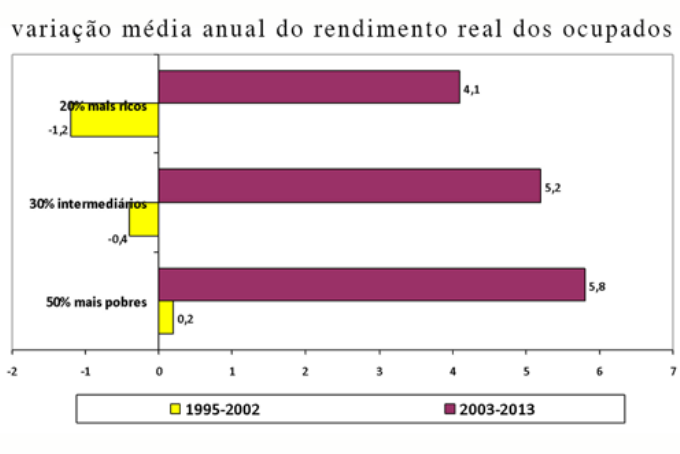
Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/03/2015 - Carta Maior

Do ganha-perde ao ganho-ganha

Por que há uma polarização política tão intensa durante os governos do PT, se tanto as classes baixas, médias e altas obtiveram aumentos reais anuais?



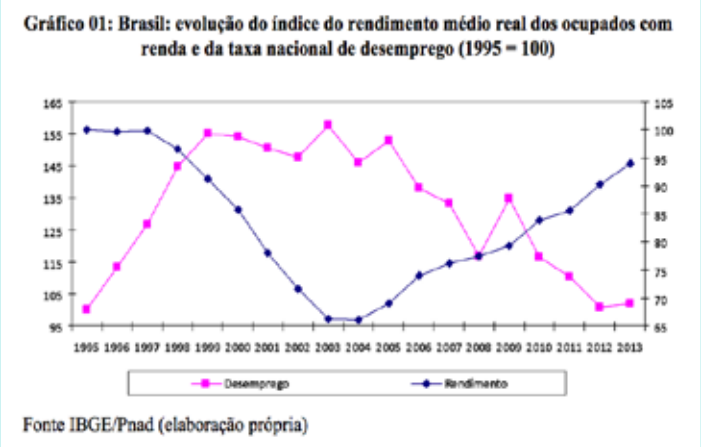
Sinais de polarização política crescem de dimensão no quotidiano da sociedade brasileira. Estranho notar, contudo, elementos consistentes de justificativa da polarização se o foco for o comportamento de variáveis sínteses sobre a evolução da situação socioeconômica do conjunto da população.

Desde o estabelecimento da estabilidade monetária, alcançada com o Plano Real no governo de Itamar Franco, em 1994, que o Brasil registra dois períodos distintos, em termos de polarização e acomodação no interior da sociedade.

O primeiro período pode ser definido como ganha-perde, conferido entre os anos de 1995 e 2003, uma vez que poucos segmentos sociais melhoravam, enquanto a maior parte perdia. No Gráfico 1, por exemplo, constata-se que a estabilidade no poder aquisitivo dos rendimentos ocorreu somente entre 1995 e 1997, para depois seguir decrescente até 2003, ao passo que o desemprego nacional aumentou continuamente até o ano de 1999, para depois estabilizar até 2003.

O segundo período denominado de ganho-ganha ocorrido a partir de 2004, registrou melhora simultânea em praticamente todos os segmentos sociais. O sentido geral do decréscimo no desemprego nacional e da elevação do poder aquisitivo no rendimento médio dos ocupados confirma a melhora generalizada das condições de vida do conjunto da população.

Em virtude disso, a polarização socioeconômica mais acentuada seria produto do final do século 20, enquanto a acomodação no interior da sociedade seria possibilitada no início do século 21. Ao se considerar o Gráfico 2, observa-se que a percepção do período do ganha-perde parece inegável entre 1995 e 2003, sobretudo quando separa-se o conjunto da sociedade em três segmentos distintos (ricos, intermediários e pobres) segundo o nível de renda.



No período do ganha-perde, somente os 50% da população mais pobre conseguiram ter o rendimento mantido acima da inflação, com elevação média anual de 0,2%. Nos mesmos anos de 1995-2002, o segmento de rendimento intermediário dos brasileiros (do sexto a oitavo décil da escala da distribuição pessoal da renda) registrou perdas médias anuais de 0,4%, enquanto os 20% mais ricos acusaram queda mais acentuada (1,2%) na renda.

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-ganha--perde-ao-ganho-ganha/7/33046

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

12/03/2015 - Portal Vermelho

Rendimento médio real do trabalhador sobe e chega a R$ 1.795,53

O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos foi de R$ 1.795,53, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira (12).

Esse montante representa um acréscimo de 1% em relação ao trimestre encerrado em outubro (R$ 1.777,66). Essa é a primeira vez que as informações de rendimento de trabalho estão sendo divulgadas na Pnad Contínua.

A massa de rendimento real habitualmente recebida em todos os trabalhos foi estimada em R$ 161 bilhões.O resultado de janeiro de 2015 mostra que houve um crescimento de 1% na comparação com o trimestre encerrado em outubro de 2014 (R$ 159 bilhões).

Desocupação

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em janeiro de 2015 foi de 6,8%. De acordo com o IBGE, esse resultado representa um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior (6,4%) e ao trimestre encerrado em outubro de 2014.

Esse resultado difere da trajetória observada nos três trimestres móveis anteriores, quando a taxa passou de 6,8% em setembro para 6,5% em dezembro; de 6,9% em agosto para 6,5% em novembro; e de 6,9% julho para 6,6% em outubro.

A população desocupada no trimestre encerrado em janeiro mostrou aumento na comparação com o trimestre encerrado em outubro, passando de 6,6 milhões para 6,8 milhões de pessoas (200 mil pessoas desocupadas a mais).

População ocupada permanece estável

Já população ocupada foi estimada em 92,7 milhões, permanecendo estável em relação ao trimestre encerrado em outubro (92,6 milhões). O nível de ocupação ficou em 56,7%, apresentando retração em relação ao trimestre encerrado em outubro (56,9%).

O nível de ocupação é um indicador que mede a parcela da população ocupada em relação à população em idade de trabalhar.